

# Uma derrota para além daquele tempo

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141654>

## Luís Roberto de Paula

🏠 Universidade Federal do ABC | São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

✉ [luis.roberto@ufabc.edu.br](mailto:luis.roberto@ufabc.edu.br)

**VALENTE, Rubens. 2017.**  
***Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura.*** 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras. 518 pp.

A história dos povos indígenas no Brasil carrega, como um de seus componentes decisivos, a presença dos militares desde o início do século XVI. Como o título da obra antecipa, com justeza, uma presença de conflitos e violência.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada em 1967 para substituir o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fundado, por sua vez, pelo coronel do Exército Cândido Rondon em 1910. Em 1990, o então Presidente Collor e seu Ministro da Justiça, senador Jarbas Passarinho – tenente-coronel aposentado, nomeado governador e ministro durante a ditadura militar –, transferiram grande parte das atribuições da Funai aos Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Agricultura, por meio de decretos.

Na atualidade, a Funai conta com um orçamento que vem sendo paulatinamente reduzido e um parco quadro de funcionários, cada vez mais burocratizado e cada vez com menos condições da ação em campo. Em que pese essa constante fragilização do órgão indigenista oficial, ele mantém a duras penas atribuições estratégicas tais como a regularização fundiária, a articulação e apoio de políticas públicas indigenistas – fragmentadas em diversos órgãos ministeriais – e a interdição e fiscalização de espaços territoriais em regiões de difícil acesso – nas quais ainda é possível encontrar indícios e informações consistentes sobre a presença dos chamados “índios isolados”.

Ao longo do tempo, o órgão viveu sob mandatos mais extensos ou absolutamente breves, recheados de muita tensão e denúncias, por parte do movimento indígena e indigenista nacional, de desrespeito aos direitos indígenas. Desde maio de 2017, a presidência da Funai é ocupada pelo coronel do Exército

Franklinberg Ribeiro de Freitas. A presença de um militar no comando do órgão indigenista (algo que não ocorria desde 1990) causou no movimento indígena e indigenista um misto de surpresa e preocupação, dada a dramática relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro durante o período militar (1964-1984).

No presente, não seria prudente ignorar eventos que fizeram sobressair o componente militar na política brasileira: grupos civis pedindo, desde 2013, a “intervenção militar”; a recente intervenção por parte das Forças Armadas em questões de ordem pública no Espírito Santo e no Rio de Janeiro; a presença de um militar no comando da Funai; a ascensão de um pré-candidato com origem militar à Presidência do país, propagando um discurso punitivista, anti-indígena e bastante reacionário; e, finalmente, mas não menos importante, manifestações públicas e fardadas por parte de militares insatisfeitos com a atual situação política do país.

Este conjunto de eventos que, apesar de não estarem diretamente conectados, guardam espantosa coerência entre si, deve causar não só preocupação àqueles que acreditam e lutam pela manutenção do Estado Democrático de Direito tão duramente conquistado. Também é premente realizar uma revisita ao período da Ditadura Militar no país, entendendo os meandros do que foi aquele regime repressivo em suas mais variadas dimensões.

*Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*, do jornalista Rubens Valente, presta-se de maneira prodigiosa a essa tarefa, delimitando de maneira bastante precisa os objetivos gerais a que se propõe: 1) *descrever como o Estado Brasileiro sob o comando militar deu cabo de duas tarefas (cuidar dos índios aldeados e contatar os “arredios”)* e 2) *ampliar a bibliografia do tema, ajudando a refletir sobre os anos de chumbo*.

Já na Introdução da obra é possível perceber a dedicação meticulosa da pesquisa e da escrita de Rubens Valente. Ali são apresentados os aspectos metodológicos, incluindo um trunfo: o acesso inédito a um arquivo histórico da ditadura (confidencial durante décadas e liberado apenas em 2008 pelo governo federal) composto por cerca de 18 mil documentos digitalizados. Além disso, as dezenas de entrevistas realizadas com antropólogos, indigenistas, sertanistas, missionários e lideranças indígenas que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nos episódios descritos pelo autor, conferem movimento e nuances ao texto. Um pequeno balanço teórico nos mostra o quanto esse período da histórica brasileira e sua relação com os povos indígenas foi até aqui muito pouco explorado. Ficamos sabendo ainda das motivações de ordem pessoal que levaram o autor a mergulhar em um tema tão delicado e dramático da história nacional. De maneira polêmica, e que certamente estimulará futuros debates, o autor questiona algumas conclusões divulgadas no componente indígena presente no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

A mesma diligência e coragem de encarar os conflitos atravessam a composição dos 27 capítulos (com títulos criativos e enigmáticos) e do epílogo que compõem a obra. Ao delimitar o período analisado entre 1964 e 1985, o autor optou por organizá-la de uma maneira cronológica. Essa decisão implicou algo curioso: se a ordem cronológica dos acontecimentos permitiu um roteiro de viagem seguro ao pesquisador, inúmeros dramas descritos em determinados momentos da obra, que a compreensão quer associar e atrelar a um contexto específico, se reproduzem em outro período e, infelizmente, não como farsa. Apesar dessa sensação de “eterno retorno” que aflige o leitor, é possível extrair da obra pelos menos três grandes conjuntos de eventos.

“Atraídos para o próprio extermínio” (pag.17) é uma das frases pinceladas por Rubens Valente dentre os depoimentos coletados para a pesquisa, entre antigos indigenistas da SPI e da Funai que participaram ativamente das frentes de atração e de pacificação dos grupos indígenas então isolados. A frase revela, segundo o autor, a questão paradoxal da orientação na política indigenista nacional implementada a partir de 1910 por Marechal Cândido Rondon, que consistia em atrair e pacificar grupos indígenas com o argumento da inevitabilidade do contato inerente aos processos de integração do território nacional. Quando o órgão indigenista – primeiro o SPI e depois a Funai – obtinha “sucesso” na empreitada, protegia-os da violência das frentes pioneiras impulsionadas por projetos desenvolvimentistas e, simultaneamente, colocava-os em situação de risco de genocídio devido à contaminação por inúmeras doenças, em particular, gripe e sarampo.

Esse é um dos principais e mais dramáticos temas tratados por Rubens Valente. O autor esmiúça de maneira equilibrada e delicada os graves equívocos dos servidores da Funai (indigenistas, sertanistas e técnicos) nos processos de atração que redundaram em verdadeiros genocídios tribais. O autor revela também tragédias marcantes pouco conhecidas pelo público geral, que vitimaram servidores da Funai nas frentes de contato, desde indigenistas já então renomados – como é o caso da tocante, enigmática e poeticamente narrada pelo autor morte de Gilberto Pinto Figueiredo (considerado pelos índios como “um grande amigo”) –, bem como de outros funcionários da Funai.

Aprendemos ainda que os erros, dilemas e dramas delineados desde os primeiros momentos do processo de pacificação se repetiriam já na fase final da ditadura militar quando parte da população Guajá do Maranhão, dos Arara do Pará e dos Maku do Amazonas, dentre outros, seria também objeto de inúmeras violências e arbítrios cometidos por consórcios político-econômicos formados órgãos públicos em parceria com a iniciativa privada.

As tragédias da pacificação que se abateram sobre inúmeros grupos arredios ou mesmo a perseguição, repressão e assassinato de lideranças indígenas já no

início da década de 80 são narradas de maneira delicada e cuidadosa, de modo bastante documentado e, ao mesmo tempo, amparado nas memórias de indigenistas, missionários e lideranças indígenas que participaram destes processos. Assim, são narrados em detalhes, dentre tantos outros casos, o trágico destino de um subgrupo kaiapó – os Kararaô (que viriam dar nome por um período e de maneira irônica, a atual Hidrelétrica de Belo Monte e, posteriormente, a uma terra indígena do mesmo subgrupo); a transferência forçada de grupos xavante de seu território tradicional para uma missão salesiana; a participação de índios como informantes e tradutores em inúmeras frentes de atração; a saga dos Panará/Krenakarore e os dilemas dos Vilas-Bôas diante do caso; a marcha trágica e fatídica dos Araweté doentes e enfraquecidos por 100 km em meio à floresta; a resistência dos Waimiri-Atroari à implantação da BR-174 em seus território (onde foram assassinados o padre Carelli, diversos funcionários da Funai e de empreiteiras e, no mais trágico e enigmático de todos, o indigenista Gilberto Pinto Figueiredo); a dizimação de parte dos Yanomami por sarampo contraído junto a trabalhadores e garimpeiros, entre outros.

O “desenvolvimentismo a qualquer custo” é uma marca estrutural do planejamento territorial brasileiro e os povos indígenas, desde os tempos coloniais, sempre foram vistos como obstáculos à progressiva incorporação do território nacional ao modo de produção hegemônico ou mesmo, em ondas que amalgamam nacionalismo e desenvolvimentismo, como ameaças à soberania nacional. Intrinsecamente ligado à ação paradoxal do órgão indigenista, este mote perpassa a obra de Rubens Valente de maneira transversal, revelando muitas faces da ação do regime militar no processo de “integração” do território brasileiro, em particular, da região amazônica. A equação principal é composta pelos megaprojetos de desenvolvimento e os processos de atração e pacificação de grupos indígenas até então arredios ao contato com a sociedade nacional.

Visualizamos de maneira detalhada os bastidores da ocupação da região amazônica – um “deserto verde” nas palavras do General Golbery do Couto Silva, um dos articuladores do golpe militar de 1964.

A construção de estradas que atravessavam territórios indígenas – como a BR-230-Transamazônica (Paraíba ao Estado do Amazonas), a BR-174 (Manaus-Boa Vista), BR-210-Perimetral Norte (que ligaria Roraima ao Amapá, mas nunca foi terminada) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém) – configurou processos desastrosos para os grupos indígenas atingidos (Kararaô, Xavante, Cinta-Larga, Assurini, Parakanã, Nhambikwara, Arara, Waimiri-Atroari, Yanomami, Surui, Korubu, dentro tantos outros) e o autor elucida detalhadamente a participação de missionários, indigenistas, trabalhadores, gerentes de empreiteiras, empresas nacionais e estrangeiras, e militares.

Os impactos do regime militar repressivo sobre os povos indígenas – que

associava em alguns momentos a implantação das estradas a uma espécie de retorno da “guerra justa” contra os índios –, através da intervenção direta de batalhões do exército nas linhas de frente do contato não se restringiram, como aprendemos com Rubens Valente, às tragédias vivenciadas pelos grupos indígenas presentes na linha de frente da ocupação amazônica. O autor descreve inúmeros casos nos quais a repressão impactou os índios que já tinham longo processo de interação com a sociedade brasileira, chamados no meio indigenista de “aldeados”. Um deles foi a criação da Guarda Rural Indígena Nacional (GRIN) – organização militarizada criada no início dos anos 70 e que incorporou índios dos grupos xerente, karajá, krahô e apinajé visando exercer o controle repressivo de índios sobre eles mesmos nas suas aldeias de origem. Outra forma repressiva organizada foi o “Reformatório Krenak”, prisão indígena multiétnica localizada em Minas Gerais para onde eram “removidos” índios que supostamente cometiam crimes, e que serviu também para deter lideranças indígenas que lutavam pelos seus direitos nas mais diversas partes do país, conforme a história mais tarde revelou. Com detalhes, o autor retrata a atuação daqueles que se beneficiaram diretamente da expropriação dos territórios indígenas: governadores e empresas nacionais (as empreiteiras Queiroz Galvão, Camargo Correia, Mendes Junior, além de empresas de colonização) e estrangeiras (ICOMI, Bethlehem Steel Corporation, Fundação Rockefeller).

Em meio às parcerias escabrosas entre o Estado nacional e empresas privadas no processo de expropriação territorial indígena – sempre associadas a ações etnocidas de grupos arredios, devidamente documentadas nos arquivos e na memória de antigos sertanistas e índios –, desfilam as controversas – simultaneamente heroicas, trágicas e muitas vezes equivocadas – trajetórias de indigenistas do SPI e da Funai envolvidos diretamente nos processos de atração e pacificação. Revelam-se ainda desavenças públicas entre indigenistas favoráveis e contrários à implantação de estradas; a perseguição do regime sobre indigenistas que denunciavam à imprensa as atrocidades cometidas contra os índios; mortes de indigenistas e funcionários por grupos arredios nas frentes; denúncias de corrupção que assolaram tanto o SPI quando a Funai.

Não faltam os meandros do “balcão de negócios” em que se transformou a Funai, repetindo as práticas do velho SPI, como a apropriação de grande parte da produção econômica dos índios aldeados – a famosa “renda indígena” – e ainda a emissão de certidões negativas da presença indígena para empresas e fazendeiros envolvidos na colonização. Valente relata também a criação da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), organizada por antigos indigenistas, já nos estertores do regime, que travou uma guerra interna na Funai contra os desmandos de suas direções. Incentivados por essa rebelião, todos os delegados regionais e grande parte de seus funcionários se reuniram e escreveram um manifesto que

criticava profundamente a política indigenista e indicavam, de maneira inédita e nunca mais repetida, uma lista tríplice de nomes possíveis para assumir a presidência do órgão indigenista (dentre eles, Marcos Terena). A pessoa escolhida não foi nenhum dos indicados e atendia pelo nome de Romero Jucá.

A boa notícia a ser pinçada em meio a tantas amarguras narradas, foi a criação, sugerida pelo indigenista Sidney Possuelo, da Coordenadoria dos Índios Isolados, que mudaria de maneira radical e positiva a postura da Funai na relação travada com os índios arredios, abandonando de vez a lógica dos processos de atração.

A obra conforma um documento poderoso de denúncia não só contra os arbítrios do regime militar diante de um segmento da sociedade brasileira tão vulnerável e, tão importante quanto, um apelo para que nós hoje remodelemos nossa visão de presente e futuro e abandonemos definitivamente o “desenvolvimentismo a qualquer custo”.

O protagonismo indígena é outro tema que aparece com força narrativa a partir da menção aos levantes xavante kaiapó já na década de 80, das mobilizações políticas indígenas, tanto na criação de uma associação nacional reunindo lideranças indígenas do Brasil, a famosa União das Nações Indígenas, bem como a partir da descrição das sagas individuais de três lideranças indígenas. Esses sujeitos se tornariam conhecidos pela militância em prol dos direitos de seus povos, como também pelo final trágico ou melancólico de suas vidas: Marçal de Souza Guarani, Ângelo Kretã Kaingang e Mario Juruna Xavante. De maneira mais discreta, são feitas referências a ações de apoio à causa indígena por indigenistas das Funai e de membros da sociedade civil organizada.

A menção à participação de padres e missionários católicos, principalmente na mobilização política de lideranças indígenas (e também de camponeses) durante a pior fase da repressão do regime militar, revela uma série de fatos pouco conhecidos. Dentre eles, para os leitores mais atinados à temática, destaco: se a morte do Padre Carelli pelos Waimiri-Atroari ainda na década de 60 já é razoavelmente conhecida, é surpreendente tomar conhecimento dos assassinatos de três padres de origem estrangeira ligados à pastoral indigenista e dos trabalhadores rurais por jagunços e policiais a mando de fazendeiros. Esses assassinatos, a perseguição a Dom Pedro Casaldáliga e a proibição do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em atuar em áreas indígenas, dentre outros casos narrados, compõem um balanço sobre a atuação de seus missionários (clérigos ou leigos) entre 1968-1978: 7 mortes, 9 sequestros, 21 prisões, 10 expulsões e banimentos.

Menções importantes, mas não muito extensas, são feitas também à atuação de missões protestantes e de antropólogos vinculados à academia durante o período analisado. No caso destes últimos, Darcy Ribeiro ocupa o lugar de maior destaque, em particular a partir do seu retorno do exílio em 1978 e sua ativa participação em mobilizações públicas denunciando o “Decreto de Emancipação Indí-

gena”, proposto pelo regime militar em 1978. Muitos outros antropólogos que se encontram em plena atividade intelectual e militante nos dias de hoje são mencionados no decorrer da obra, sempre associados às mobilizações pelos direitos indígenas e ao encaminhamento de denúncias de arbitrariedades cometidas por agentes da ditadura contra os povos indígenas com os quais trabalhavam.

Também tomamos conhecimento de casos curiosos: um enredo da Escola de Samba Vila Izabel, criado por Martinho da Vila, que denunciava a situação dos índios 1974, censurado pela ditadura militar; o caso de um cineasta sueco envolvido, num processo kafkaniano, em um esquema corrupto internalizado na Funai; a morte por “arredios” de um ex-repórter do jornal *O Globo*, que abandonou a carreira ascendente para participar de uma frente de atração dos Cinta Larga em 1971, entre outros.

Após páginas e páginas de trágicos encontros entre “os índios e o mundo dos brancos”, autor nos brinda com um epílogo rigoroso para com os governos mais recentes (Dilma e Temer), atentando-se para a reprodução do desenvolvimentismo tacanho e obsoleto. O epílogo, no entanto, guarda espaço para uma perspectiva surpreendentemente otimista e emocionante, já que ressalta o crescimento demográfico da maior parte dos antigos povos arredios, suas mobilizações por direitos, a demarcação de pelo menos parte de seus antigos territórios – conquistas dos povos que, em uma luta incessante pela vida, “*impuserem uma derrota [aos militares] para além daquele tempo*”. (Pag.395)

A temática de *Os fuzis e as flechas* deve atrair, num primeiro momento, um público mais especializado. Estes não encontrarão os debates conceituais e metodológicos que, frequentemente, afeiçoam seu meio. Ressalto, contudo, que estes mesmos leitores não devem ficar surpresos ao identificar na obra um conjunto de temas inquietantes, pouco investigados e que merecem, por isso, um aprofundamento investigativo e sistemático de maior fôlego.

Ao mesmo tempo, sem exagero algum, seria recomendável que os atuais ministros do Superior Tribunal Federal tivessem essa obra em suas cabeceiras durante os complexos julgamentos que estão em curso envolvendo a questão indígena, como a temerosa decisão que se aguarda sobre o “marco temporal”.

A leitura fluida que Valente nos oferece deve atrair um público mais amplo, interessado em mergulhar na nossa história recente de incompreensão e arbítrio, posto que os elementos desta história estão vivos.

A intensificação do desenvolvimentismo a qualquer custo ameaça os ecossistemas pelos quais os povos indígenas conseguem garantir para si e para gerações futuras complexos e ricos modos de vida; os ataques sistemáticos aos direitos indígenas por parte dos três poderes da república, respaldando a impunidade diante do assassinato de lideranças indígenas; e o reiterado e contínuo esfacelamento do órgão indigenista que leva a maior parte de seu quadro

funcional à inoperância e ao desalento profissional perfazem um cenário de ressurreição de fantasmas que nunca morreram.

Na sociedade como um todo vivemos uma onda avassaladora de conservadorismo, intolerância, desqualificação dos direitos humanos e seus defensores, e intensificação da militarização da vida cotidiana. Nesta quadra, a obra de Rubens Valente contribui para disseminar, em todos os espaços possíveis, a resistência a qualquer possibilidade de uma volta a esse passado que acreditávamos devidamente enterrado na história nacional.

---

**Luís Roberto de Paula** é antropólogo e atualmente docente da Universidade Federal do ABC. Graduou-se em Ciências Sociais (1995) pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Antropologia Social (1996-2007) pela mesma instituição. Entre 2010 e 2013 foi Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando em cursos de Formação Intercultural para Professores Indígenas. Exerceu ainda assessorias em organizações governamentais tais como Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto de Formação e Pesquisa Indígena (Iepe), bem como junto a órgãos governamentais (Funai, ITESP, PDPI/MMA).